

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • maio de 2015

OBSERVATÓRIO
DOS DESASTRES
NATURAIS

OBSERVATÓRIO
DOS LIXÕES

XVIII Marcha chega repleta de novidades


MuniCIÊNCIA



OBSERVATÓRIO POLÍTICO

RANKING DOS
PARLAMENTARES
QUE MAIS VOTAM
EM FAVOR E OS
QUE MAIS VOTAM
CONTRA OS
MUNICÍPIOS

ACOMPANHAMENTO
DE MATÉRIAS
DE INTERESSE
MUNICIPALISTA

● SIM 324
■ NÃO 137
◆ ABST. 2

AValiação DOS
PARLAMENTARES
DE ACORDO
COM SEUS
VOTOS

QUORUM 5.568



Nesta edição:

- Observatórios dos Lixões, de Desastres e Político são lançados
- Propostas Municipalistas: documento traz reivindicações
- Arenas Temáticas fazem parte mais uma vez da Marcha

XVIII Marcha

Propostas Municipali reivindicações para Cong

Assim como tem sido feito nos últimos 17 anos, a *XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios* apresenta reivindicações ao governo federal e ao Parlamento. A pauta deste ano está descrita no documento *Propostas Municipalistas*, dividido em três partes: os pedidos ao Palácio do Planalto, as posições em relação às propostas em tramitação no Congresso e, por último, sugestões de projetos que podem contribuir com as administrações municipais.

O *Propostas Municipalistas* é entregue às autoridades às quais é destinado, e os pontos principais ganham ênfase durante a Marcha. Semanas antes do encontro, o dirigente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, entregou pessoalmente a pauta aos presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Na primeira parte da pauta, o movimento municipalista apresenta cinco propostas para o governo federal adotar, sem impacto financeiro, porém com grande impacto para os Municípios. São elas: a prorrogação do prazo de encerramentos dos lixões; a alteração na Lei dos Consórcios; a modificação da Lei das licitações; a regulamentação da Lei Complementar 141/2014 e da publicação de Decreto Presidencial sobre os Restos a Pagar.

Prorrogação do prazo do encerramento dos lixões

A primeira proposta é a prorrogação do prazo para o encerramento dos lixões — Lei 12.305/2010. Em 2014, a Confederação apresentou emenda em algumas Medidas Provisórias para ampliar o prazo para o encerramento dos lixões no Brasil. Depois de várias articulações, foi aprovada pelo Congresso Nacional a emenda na MP 656/2014,

que ampliava o prazo. Porém, a emenda foi vetada.

Com isso, o movimento apresentou uma nova emenda à MP 658/2014, que ampliava o prazo de forma escalonada de acordo com o tamanho populacional do Município. Essa emenda foi aprovada no Senado federal, mas a Câmara dos Deputados não a aprovou. Com isso, a situação permaneceu inalterada. Enquanto não houver alteração legislativa, milhares de prefeitos estarão sendo inquiridos a assinar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e processados pelo Ministério Público em todos os Estados. Em momentos de crise financeira, não há previsão orçamentária nos três Entes da Federação para alcance imediato de tais objetivos previstos em lei.

Alteração na Lei dos Consórcios Públicos

Uma das grandes soluções para os Municípios brasileiros pode ser a formação de consórcios públicos. Mas a Lei 11.705/2008, que os regulamenta, tem impeditivos que dificultam a formação desse instrumento. Um dos problemas é o Cadastro Único de Convênios (Cauc). Quando um dos Municípios participantes do consórcio está apontado no Cauc, todo o consórcio fica impedido de celebrar os convênios e executar as ações.

A demanda é pela retirada desse impeditivo na legislação para que esse instrumento possa ser utilizado de forma mais rápida e eficiente pelos Municípios. Outro impedimento está relacionado à admissão de pessoal. Inúmeros consórcios estão sendo obrigados a contratar na forma estatutária, ao invés de CLT.



Alteração da Lei das Licitações Públicas

A Lei 8.666/1993 está defasada e precisa sofrer uma grande atualização, por isso, tramita no Congresso Nacional uma proposta de alteração. Ela traz uma série de novidades que possibilitarão a melhoria do serviço público.

Uma dessas grandes alterações é a inclusão ao Regime Diferenciado de Contratação (RDC), que o governo federal utiliza, mas está inacessível para o restante dos gestores. A CNM solicita que o governo federal apresente as sugestões para a modificação da lei para que seja possível uma contribuição dos Municípios.

Restos a Pagar: documento traz atrasos e o governo federal



Agência CNM

Regulamentação da Lei Complementar 141/2014

Na área de Saúde, o Congresso Nacional regulamentou a Emenda Constitucional 29, trazendo uma série de definições e conceitos que devem ser seguidos por todas as esferas de governo na aplicação de seus gastos. Uma dessas novas atribuições foi de eleger o Sistema Orçamentário de gastos em Saúde (Siops) como uma obrigação de todos. Em um dos artigos, a lei diz que, se o Município ou Estado não informar os gastos em Saúde, as transferências voluntárias podem ser bloqueadas até que se resolva a pendência. Com isso, o Ministério da Saúde foi além das atribuições e está promovendo o bloqueio das transferências constitucionais de Estados e Municípios.



Prof. de Santos/SP

A CNM discorda dessa atitude entendendo ser uma arbitrariedade. Por isso, a entidade encaminhou inúmeros ofícios ao governo para que seja suspensa essa ação que prejudica enormemente as populações de centenas de Municípios a cada trimestre.

Restos a Pagar

Ano após ano, o governo federal não tem conseguido executar o orçamento e vem aumentando o valor do Restos a Pagar (RAPs). Boa parte deles tinha como destinação obras nos Municípios, assim, o impacto é bastante importante. O acompanhamento da execução orçamentária dos RAPs pela CNM mostrou que a maioria é oriunda das emendas parlamentares. Além disso, quase todos são para Obras e Equipamentos, ou seja, investimentos.

Sobre os Restos a Pagar, existem dois tipos: os processados e os não processados. Os processados

se referem àquelas despesas que foram executadas, foram aferidas ou atestadas e só faltam ser pagas. Os não processados são quando a despesa não foi realizada, ou ainda não foi aferida ou atestada e, por isso, não foi paga.

Em 2014, o governo federal inscreveu o montante de R\$ 198,9 bilhões em Restos a Pagar, sendo que a maior parte é de RAPs não processados que totalizaram R\$ 165,7 bilhões e para os RAPs processados foi de R\$ 33,1 bilhões. Desse montante, R\$ 35 bilhões correspondem a recursos destinados aos Municípios.

A falta de recursos gera um grande problema para os Municípios, mas a maior preocupação para a Confederação é em relação ao Decreto Presidencial 8.407/2015. Por esse Decreto, correm risco de serem cancelados os Restos a Pagar não processados de exercícios anteriores, que somam a quantia de R\$ 13 bilhões.

Proposições em tramitação que impactam os Municípios

O *Propostas Municipalistas* traz informações detalhadas sobre proposições de interesse dos Entes federados em tramitação no Congresso. Ele apresenta aos gestores o posicionamento da entidade e as ações desenvolvidas. Ao todo, 12 temas impactam diretamente as administrações municipais. Elas são separadas por favoráveis, negativas e com efeitos suspensos para facilitar o entendimento do material.

Os Municípios vêm acumulando diversas obrigações ao longo dos anos, como Educação, Saúde, Habitação, Mobilidade Urbana, dentre outras. Consequentemente, há o aumento dos gastos da máquina municipal. Como forma de incrementar as receitas próprias, a CNM defende que o Imposto sobre Serviço (ISS) seja cobrado também nas modalidades de *leasing*, cartões de crédito e construção civil, como prevê o Projeto de Lei Complementar (PLP) 384/2014. Confira outras propostas às quais a Confederação é favorável:

Piso do magistério

Segundo o Projeto de Lei (PL) 3.020/2011, a União deve estender a complementação do piso dos professores para todos os Estados brasileiros. Atualmente, apenas 10 Estados recebem o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profis-

sionais da Educação (Fundeb): Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Por esse motivo, a Confederação é favorável ao projeto.

A entidade defende, ainda, que prevaleça a matéria aprovada pela Câmara dos Deputados referente ao Projeto de Lei 3.776/2008. O texto traz que a atualização do piso salarial do magistério público seja feita de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Merenda e Transporte escolar

Mais um tema relevante aos Municípios e que tramita no Congresso Nacional é a merenda escolar. O Projeto de Lei (PL) 5.690/2009 prevê a correção anual dos valores *per capita* do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) também

de acordo com o INPC. A entidade sugeriu, por meio de emenda, que o valor por aluno não seja inferior a R\$ 0,42.

A questão do transporte escolar é outro assunto que preocupa os gestores municipais. O PL 3.417/2008, em tramitação na Câmara dos Deputados, define a pactuação de convênios entre Estados e Municípios para garantir esse serviço à comunidade. Em muitos Municípios, as despesas são pagas do bolso da própria prefeitura.

Judicialização da Saúde

No que diz respeito às questões de Saúde, a CNM defende o Projeto de Lei do Senado 340/2013. Ele estabelece que os Municípios poderão recorrer aos processos que tenham como objeto requerimento de medicação ou procedimento de saúde. Se for aprovado, o PLS poderá





Câmara Municipal de Belo Horizonte

reduzir ordens judiciais irreais e que não podem ser realizadas pelos Entes federados.

Transferência de recursos

Um problema frequentemente vivenciado pelos Municípios é o subfinanciamento dos programas federais. O governo cria as iniciativas, delega serviços, mas não garante os recursos financeiros à execução do programa. Por essa razão, a entidade apoia a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 172/2012. Ela veda a transferência de encargos aos Municípios sem a previsão financeira. Tal proposição foi aprovada na segunda semana de maio pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara e agora seguirá para

Comissão Especial e posteriormente ao Plenário.

Como forma de aumentar a arrecadação municipal, a Confederação acredita que Estados e Municípios devem receber 10% da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção do domínio econômico. O texto aguarda deliberação do Plenário do Senado Federal.

Segurança Pública

Várias matérias em tramitação nas duas Casas favorecem os Municípios. Contudo, também tramitam proposições de impacto negativo, como a PEC 33/2014. Segundo a redação, a Segurança Pública passa a ser competência municipal.

A CNM é contrária a essa matéria, pois, con-

forme previsto no art. 144 da Constituição Federal, as guardas municipais não constam nos órgãos integrantes do sistema de segurança pública. Além disso, os Entes municipais não possuem estrutura física e financeira para suportar mais essa obrigação.

Royalties de petróleo

No documento elaborado pela entidade, também constam as proposições cujos efeitos foram suspensos, a exemplo da redistribuição dos royalties de petróleo e gás. A *XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios* trará, em sua discussão, uma petição para que esse projeto seja apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Governo de SP



/TVPortalCNM





Sugestão de projetos em prol dos Municípios

Muito além de se posicionar em relação às proposições em tramitação no Congresso Nacional, o movimento municipalista apresenta novos projetos a serem debatidos. A CNM elaborou as proposições. Uma delas trata de mudanças no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A ideia é criar um mecanismo de provisionamento compulsório de recursos. Uma espécie de compensação quando houver reduções nos repasses por conta de crises financeiras. Isso proporcionaria melhor controle econômico por parte das prefeituras.

Outro projeto visa a permitir que os Municípios sejam representados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Os Entes municipais têm por direito 25% do total da arrecadação

do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); no entanto, eles não têm voz no Confaz. Pela proposta, a CNM, a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) seriam as representantes.

IPTU e Pasep

Uma terceira proposta atribui responsabilidade fiscal aos gestores que não procederem à atualização real da Planta Genérica de Valores do Imposto de Propriedade Territorial Urbana (IPTU). É simples: é comum o gestor municipal não atualizar a planta de valores do IPTU por interesses políticos. Mas este projeto objetiva essa obrigatoriedade para fins de arrecadação própria.

A Confederação quer também a extinção da incidência do Programa de Formação do Patrimô-

nio do Servidor Público (Pasep) sobre as receitas municipais e a elaboração de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para excluir a incidência das Contribuições Sociais sobre as receitas municipais. Essa contribuição passou a afetar gravemente a repartição de receitas federativas e a autonomia financeira dos Entes federados.

Cide

Entre as propostas, está a que busca impedir que a União cobre contribuições sociais e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) dos Municípios. Ela busca preservar as receitas próprias e a autonomia financeira dos Entes federados.

Ainda neste segmento, um projeto que reforça o conceito da Imunidade tributária entre os Entes federados. A justificativa é que nenhum Ente pode tributar outro nas relações comerciais. A CNM quer que os impostos incidentes nas aquisições de bens e serviços por parte dos Municípios sejam isentos de tributos estaduais e federais.

Atualização de programas e Encontro de Contas

Para garantir a continuidade dos programas federais, a Confederação pede a atualização dos repasses pelo índice de Preços ao Consumidor (INPC). Em relação a esse tema, a CNM lembra que o governo federal possui mais de 300 programas que são executados pelos Municípios — cada um com uma regra diferente e requisitos distintos e todos subfinanciados. De acordo com a justifica-

**A CNM está nas principais Redes Sociais
então curta, siga e inscreva-se.**



tiva da proposta, os valores enviados pela União precisam ser revistos.

Reivindicação antiga, que também compõe o documento, é o Encontro de Contas. A CNM pretende instituir norma que obriga o Poder Executivo central a promover este encontro das dívidas previdenciárias com os Municípios.

Respeito à autonomia

Várias proposições sugeridas pela CNM almejam a autonomia dos Municípios na condição de Entes da Federação. Uma delas impede a geração de despesas sem a indicação de receita. O que evita a aprovação de muitos projetos em prejuízo às prefeituras, como os recentes pisos salariais, por exemplo.

Outro projeto veda a instituição de normas de

âmbito nacional, que repercutam sobre a remuneração dos servidores estaduais e municipais, com as ressalvas que especifica. A proposta quer que os efeitos das leis que criam os pisos nacionais de categorias não obriguem os Entes de imediato e que o pagamento dos valores salariais respeitem as normas constitucionais.

Jurídico

Algumas proposições estão na pauta da Marcha há anos em razão da importância delas. Um exemplo é a que permite à Confederação Nacional de Municípios propor Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins). Outras são novidades no documento, como a que estabelece regras de admissão de pessoal para os Municípios.

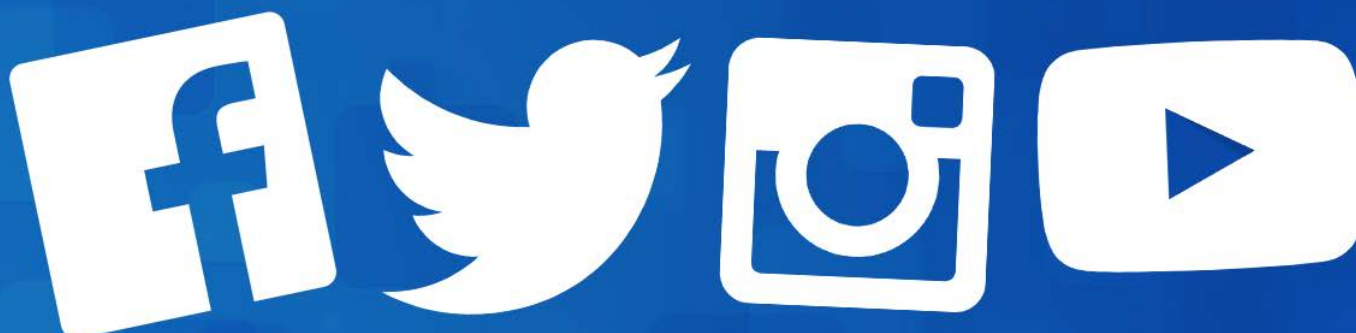
Também entre as ideias do movimento mu-

nicipalista está a que estabelece regras de organização municipal. O objetivo é atender à maioria dos gestores municipais, que ano após ano assumem responsabilidades crescentes somadas à sucessiva diminuição dos recursos.

Justiça Fiscal e gastos em Saúde

No caso da Justiça Fiscal, a proposta altera o percentual do Valor Adicionado Fiscal na composição do índice de retorno do ICMS da quota parte municipal. Ela corrige distorções do nosso atual sistema federativo e de repartição das receitas.

Por último, o projeto que finaliza o documento *Propostas Municipalista* trata dos gastos com Saúde. Pede a reposição aos Municípios que gastam acima do indicado na Constituição com o setor.



Conteúdo técnico

Arenas Temáticas fazem parte mais

Sucesso na última edição da Marcha a Brasília, as Arenas Temáticas irão compor novamente a programação paralela do evento neste ano. O espaço é elaborado pelos técnicos das diversas áreas da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e estará disponível nos dias 25 a 27 de maio. Programe-se.

A ideia é oferecer aos participantes do evento um contato mais próximo com a equipe técnica da entidade. Para este ano, estão previstas 11 apresentações que abordarão temas como: fontes de arrecadação para o Município, crise hídrica, financiamento da educação municipal, dentre outros. Também haverá espaço para tratar de ações desenvolvidas em nível internacional.

Esses assuntos foram escolhidos pela área técnica da Confederação por serem, atualmente, os principais desafios enfrentados pela gestão municipal no País. Cada arena terá a duração de uma hora.

PRIMEIRO DIA

As Arenas Temáticas serão iniciadas às 15h do dia 25 de maio. Como primeiro item da programação está um debate sobre as formas de elevar a arrecadação municipal. Por meio de boas práticas, esta apresentação pretende trazer aos gestores novas formas

de amenizar a grave crise financeira dos dias atuais.

Logo mais às 16h, haverá uma nova arena. Desta vez, sobre ações internacionais municipalistas. A ideia é mostrar aos participantes como os Municípios podem atuar internacionalmente e a importância de articular os debates com outros países.

Os debates serão encerrados com uma apresentação do Projeto da CNM *Mulheres Seguras*. Realizado em parceria com a União Europeia, ele busca estimular a articulação de líderes mulheres para a construção de políticas de prevenção e combate à violência de gênero.

SEGUNDO DIA

No segundo dia de Marcha, as Arenas Técnicas continuam. Enquanto no auditório principal haverá um debate sobre a Reforma Política, a programação paralela traz, a partir das 14h do dia 26 de maio, um diálogo a respeito do financiamento da educação municipal. Os gestores poderão obter ainda informações para elaboração do Plano Municipal de Educação.

Já a partir das 15h, a equipe técnica da Confederação irá falar sobre a inserção social do usuário de drogas. Esse é o tema de um projeto da entidade também em parceria com a União Europeia. Esta é uma oportunidade para conhecer melhor essa iniciativa e

trocar experiências com outros gestores para o combate ao crack e outras drogas.

Para as 16h, um assunto que é vivenciado por boa parte das prefeituras brasileiras: a crise hídrica. Em um cenário de dificuldades financeiras, a falta de água impacta diretamente sobre outros setores da máquina municipal. Como enfrentar esse momento é uma das informações que os gestores poderão descobrir ao participar desta arena.

A questão dos resíduos sólidos, mobilidade e planejamento urbano é o foco da última exposição. Marcada para as 17h, a proposta do encontro é mostrar que a sustentabilidade também se aplica aos Municípios e trazer alguns exemplos de como isso pode ser feito.

TERCEIRO DIA

Diferentemente dos dias anteriores, na quarta-feira, 27 de maio, as Arenas Temáticas acontecem no período da manhã. A primeira apresentação está marcada para as 9 horas e terá como enfoque as questões jurídicas de impacto nos Entes federados.

O Jurídico da entidade abordará assuntos como a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que questiona a Lei dos Guardas Municipais, Precatórios, Iluminação Pública e a Proposta de Emenda à Consti-



uma vez da programação da Marcha



tuição (PEC) dos Procuradores. A partir das 10 horas, o setor de Previdência vai explicar o Encontro de Contas e como os Municípios podem conhecer os débitos e os créditos do setor.

Terceira arena do dia, a Saúde vai apresentar alternativas para diminuir a Judicialização do setor às 11h. São cada vez mais comuns processos judiciais movidos pelos cidadãos em busca de leitos ou medicamentos de alto custo. Isso porque o art. 196 da Constituição Federal assegura o direito ao atendimento, mas o Ente

que tem sofrido mais com essas ações são os Municípios, justamente os que detêm a menor quantidade de recursos para atendê-los.

Para encerrar o ciclo de Arenas Temáticas, ao meio-dia serão abordados os desafios da Assistência Social na gestão municipal, área que tem crescido e ganhado relevância entre os setores prioritários a serem desenvolvidos pelos Municípios. Serão discutidos o financiamento da Assistência Social, a utilização de recursos, equipes de referência, espaços de pactuação

Novas Arenas, novo local

Inauguradas na última edição da Marcha, as Arenas Temáticas agora serão realizadas em novo local. A proposta da Confederação é trazer ainda mais conforto aos participantes em um espaço fechado e com capacidade para receber um maior número de pessoas.



 /PortalCNM



Destaques da Marcha

Observatórios dos Lixões, de De Político serão lançados na XVIII

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), a exemplo do *Observatório do Crack*, lançará na XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios outras três plataformas: Observatório dos Lixões, dos Desastres Naturais e Político.

O Observatório dos Lixões tem como objetivo disponibilizar informações sobre a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), evidenciar a complexidade dessa política e a necessidade do envolvimento de todos os Entes federados, do setor empresarial e da sociedade para que seja implementada.

Apesar de estar em um dos *totens* da Marcha, o lançamento oficial ocorrerá na plenária principal do evento. Nesse momento, será apresentada a metodologia da pesquisa sobre a gestão de resíduos sólidos e outras fontes de informações utilizadas para gerar os mapas e o endereço na internet para o acesso à plataforma.

Mais do que servir como fonte de consulta sobre a existência de lixões no Brasil, o propósito desta plataforma é evidenciar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevista na Lei 12.305/2010,

atribuiu obrigações à União, aos Estados, aos Municípios, ao setor empresarial e à própria sociedade. Existe um encadeamento de ações e responsabilidades sem os quais o Município fica impossibilitado de cumprir a PNRS.

Cinco anos após a promulgação da PNRS, nenhum Município conseguiu cumprir 100% da lei que exige planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, coleta seletiva com inclusão social de catadores, compostagem, destinação adequada de resíduos para reciclagem ou reutilização e disposição final de rejeitos em aterros sanitários.

Este é o verdadeiro propósito do Observatório dos Lixões: dar visibilidade às dificuldades enfrentadas pelos Municípios e possibilitar a compreensão dos desafios da PNRS. Conheça os mapas, analise nossas publicações, notícias e vídeos. A Confederação Nacional de Municípios convida todos a fazerem parte desse importante momento de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, conhecendo a realidade enfrentada pelos gestores municipais.

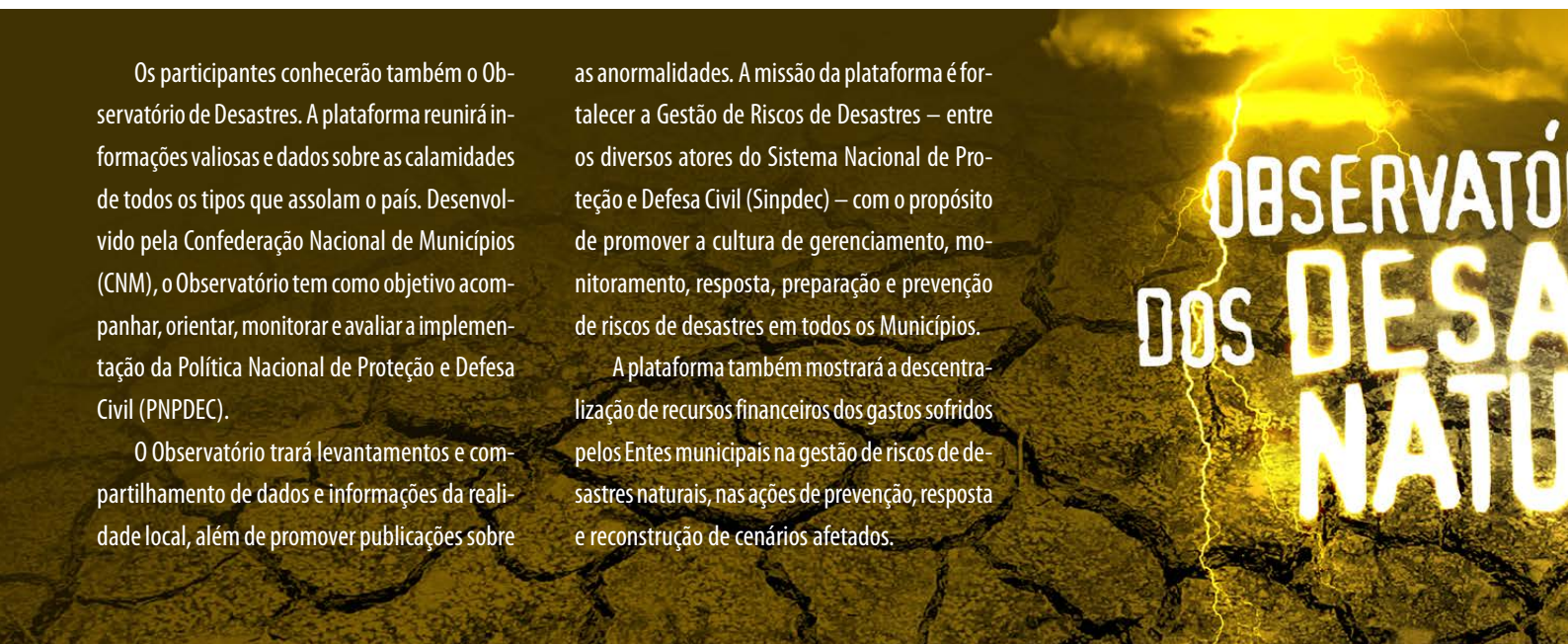


Os participantes conhecerão também o Observatório de Desastres. A plataforma reunirá informações valiosas e dados sobre as calamidades de todos os tipos que assolam o país. Desenvolvido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), o Observatório tem como objetivo acompanhar, orientar, monitorar e avaliar a implementação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC).

O Observatório trará levantamentos e compartilhamento de dados e informações da realidade local, além de promover publicações sobre

as anormalidades. A missão da plataforma é fortalecer a Gestão de Riscos de Desastres — entre os diversos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) — com o propósito de promover a cultura de gerenciamento, monitoramento, resposta, preparação e prevenção de riscos de desastres em todos os Municípios.

A plataforma também mostrará a descentralização de recursos financeiros dos gastos sofridos pelos Entes municipais na gestão de riscos de desastres naturais, nas ações de prevenção, resposta e reconstrução de cenários afetados.



OBSERVATÓ
DOS DESA
NATU

sastres e Marcha



Ag. CNM



Observatório Político

Pedido recorrente de muitos prefeitos será atendido com o Observatório Político. A plataforma vai avaliar e divulgar quem são os deputados e senadores realmente municipalistas, que votam proposições de acordo com os interesses dos Entes municipais.

O Observatório será hospedado em um *site* onde haverá um *ranking* de parlamentares dos mais aos menos municipalistas. Nele, a CNM tornará pública a posição dos Municípios em relação às matérias prioritárias em tramitação no Congresso Nacional. Aqueles que votarem conforme reivindicação dos

Municípios ganharão pontos, os que votarem contra perderão pontos e as abstenções não recebem pontuação.

As notas aos deputados e senadores vão de 0 a 100. Mas aqueles que tiverem pontuação extra poderão passar dos 100. Os extras podem ser conquistados quando os parlamentares forem relatores ou atenderem a algum pedido da Confederação em ações pela aprovação ou derrubada de projetos, tanto em comissões quanto em plenário. A ajuda dada à CNM vale mais ou menos pontos, mas todas serão consideradas no *ranking*.

XVIII Marcha

Programa *Saúde em sua Casa* revoluciona atendimento em Forquethinha (RS)

Listado como um dos maiores desejos da população brasileira, a eficácia da Saúde Pública se tornou realidade em Forquethinha, no Rio Grande do Sul. Medidas simples como a integração do trabalho entre médicos e enfermeiros e a prevenção de doenças melhoraram a qualidade do atendimento da população local e proporcionaram uma economia significativa ao Município.

Lançado no final de 2010 e denominado Saúde em sua Casa, o novo programa muda o modelo de gestão da Saúde do Município. O prefeito de Forquethinha, Waldemar Richter, disse que a ideia da implementação surgiu em meio a insatisfação da população com o trabalho realizado pelos agentes comunitários. “Era um trabalho ineficaz e também verificamos que o modelo de gestão antigo gerava um custo muito alto para o Município”, justificou.

Em média, a prefeitura gastava R\$ 42 mil por mês com o Programa Estratégia Saúde da Família, do governo federal. Desse valor, o governo federal participava com apenas R\$ 9 mil. O restante do custo era arcado pelo Município, que precisava se desdobrar para atender a população de 2.500 habitantes.

Equipe do Saúde em sua casa – O programa Saúde em sua casa é formado por um médico, três enfermeiras e uma técnica de enfermagem. Todos os dias, duas enfermeiras visitam a comunidade. A prefeitura disponibiliza um veículo para cada uma verificar o estado de saúde dos pacientes.

Richter informou que o resultado do trabalho delas é mais abrangente quando comparado ao dos agentes comunitários. “As enfermeiras são diferentes dos agentes de saúde porque a enfermeira é uma profissional que pode verificar a pressão, pode fazer curativo, verificar a glicose, verificar remédios e ainda dar uma orientação”, explicou. As enfer-

meiras também orientam a população quanto a prevenção de diversas doenças e a melhor forma de combatê-las.

Após as visitas, os casos mais graves diagnosticados pelas duas enfermeiras são encaminhados ao médico. Ele e outra profissional prestam atendimento ao enfermo. Caso seja necessário uma cirurgia, o médico encaminha o paciente ao hospital ou ao Centro de Saúde.

Todas as informações do paciente são repassadas por meio de uma reunião entre os profissionais. O prontuário do enfermo é armazenado em uma rede de computador, sendo acessível a todos. “É um trabalho muito profissional. Isso diminuiu muito a quantidade de pessoas que chegam até o posto de saúde e proporciona uma economia em torno de mais ou menos R\$ 15 mil por mês”, contou o prefeito.

Além da equipe de saúde municipal, profissionais do programa Mais Médicos também têm acesso ao sistema que disponibiliza o prontuário dos pacientes. “Esse levantamento completo faz com que a gente saiba exatamente o que cada família precisa”, disse. Os pacientes também podem ser atendidos normalmente no Centro de Saúde de Forquethinha e em uma outra estrutura conhecida como “atendimento complementar a saúde”.

Aplicação do programa em outros Municípios – Richter fez um convite aos prefeitos que desejarem conhecer o programa Saúde em sua Casa. Ele acredita que o projeto pode servir de



Pref. de Forquethinha

modelo para outros Municípios. Entretanto, ressalta que antes é necessário fazer um estudo minucioso para identificar se o programa é compatível com as características da cidade que quiser adotá-lo. “Cada Município tem suas peculiaridades, um número de habitantes. O Município interessado precisa ter uma estrutura como nós temos, com outros médicos e posto de saúde para fazer a integração do trabalho deles”, concluiu.

Exposição na Marcha – O programa Saúde em sua Casa foi um dos projetos selecionados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) para ser apresentado durante a *XVIII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios*, que acontece no período de 25 a 28 de maio, na capital federal. Na ocasião, será lançado o projeto da entidade conhecido como MuniCiência. Forquethinha representará a Região Sul como a ação-modelo do MuniCiência.

A ideia da Confederação é apresentar aos prefeitos ações inovadoras oriundas de projetos-piloto que impactaram positivamente na gestão municipal e podem contribuir para a melhoria da governança pública e da qualidade de vida das pessoas.